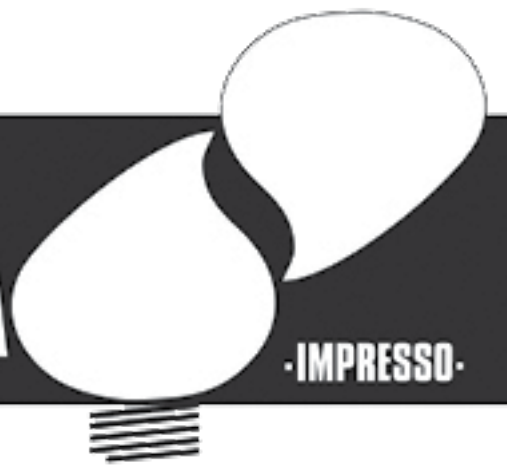




INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

# LINHAVIVA

Nº 1356 - 26 de janeiro de 2017



·IMPRESSO·

*Presidente, reestruturação e*

# MÍDIA

**JORNAL "O ESTADO DE SÃO PAULO" TRAÇA PERFIL DE PRESIDENTE DA ELETROBRAS PARA JUSTIFICAR PRIVATIZAÇÕES E RETIRADA DE DIREITOS DOS TRABALHADORES**



## **PCS NA CELESC**

*GT não chega a consenso sobre reenquadramento*

## **SAÚDE E SEGURANÇA**

*Originada da ACP de Saúde e segurança, Comissão analisa acidentes de trabalho*

## **TRIBUNA LIVRE**

*A importante negociação do piso estadual, por José Álvaro Cardoso*



## EDITAL ELEIÇÃO SINDICAIS 2017/2020

Em cumprimento ao disposto no artigo 41º do estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Eletricistas do Vale do Itajaí, comunicamos que foi registrada a seguinte chapa, como concorrente à eleição a que se refere o Edital publicado no dia 05/01/2017, no Jornal de Santa Catarina – JSC, página 21.

Chapa Única:  
DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente – Bruno Anacleto  
Vice-Presidente – Davi Coelho  
Secretário Geral – Rogério Lang  
Diretor Administrativo – Lucio André Sousa da Silva  
Diretor Financeiro – Orlando Nestor Gretter  
Diretor de Divulgação – Cleiton Schwartz  
Diretor de Assessoria Jurídica – Felipe Rafael Klering Braga  
Diretor de Formação Sindical – Elcio Henrique Ribeiro

SUPLENTE:  
João Batista de Liz e Souza  
Laudelino Knoch  
Marcelo da Silva  
Douglas da Silva Dutra  
José Henrique Marcelino  
Elcio Alcione Lorenzetti  
Auri Radloff  
José Roberto de Oliveira

CONSELHO FISCAL:

César Colares	Suplente: Fabio de Souza Patrício
Anderson Giovane Ramos	Suplente: Elton Luiz Pereira
Djair Rodrigues Franca	Suplente: Silvio Klock
Paulo Sergio Miguel Filho	Suplente: Luciene Evangelista dos Santos Silva
Tobias Alves	Suplente: Geovane Weber

REPRESENTANTE JUNTO A ENTIDADE DE GRAU SUPERIOR:

Márcio Luis Planca	Suplente: Osmar Alexandre
Daniel Davi Barcelo	Suplente: Edison Luiz Ramos de Oliveira

Nos termos do artigo 41 do estatuto do Sindicato, o prazo para impugnação de candidatura é de 5 (cinco) dias a contar da publicação deste aviso, o qual terá 5 (cinco) dias para apresentar sua defesa.

Blumenau 26 de janeiro de 2017.  
Orlando Nestor Gretter  
Membro da Comissão Eleitoral

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região – SINERGIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA todos os associados da base territorial do Sindicato, para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30.01.2017 (segunda-feira), às 17h30min., em primeira convocação, com o número regulamentar de presentes, e às 18h00min., em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, a realizar-se no auditório do SINERGIA, sito à Rua Lacerda Coutinho, nº 149 – Centro – Florianópolis/SC, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 01 – Informes;
- 02 – Prestação de contas 2016;
- 03 – Previsão orçamentária para 2017.
- 04 – Imposto Sindical

Florianópolis, 26 de janeiro de 2017.

Mario Jorge Maia  
Coordenador Geral do Sinergia

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC  
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)  
Conselho Editorial: Wanderlei Lenartowicz  
Rua Max Collin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | (047) 3028-2161  
E-mail: sindsc@terra.com.br  
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

CELESC

## SEM CONSENSO

*Grupo de Trabalho que debate revisão do Plano de Cargos e Salários não entra em consenso sobre reequadramento*

No final de 2016 os sindicatos noticiaram, através do Boletim da Intercel nº 41, que a empresa havia apresentado uma minuta de acordo para o PCS, mas que esta não contemplava os anseios da categoria.

Na minuta apresentada, além de ignorar a equiparação do cargo de Eletricista ao de Assistente Administrativo, a Celesc propunha impor um limitador de 5% para o reequadramento necessário para corrigir as distorções da curva salarial.

A discussão da revisão do Plano de Cargos e Salários foi retomada em reunião do GT, realizada dia 17, na Administração Central. Novamente não houve consenso com relação à forma

de reequadramento, o que levou à decisão de que os representantes da Intercel também formatarão uma minuta de acordo, com os anseios dos trabalhadores.

Uma nova reunião foi marcada para o dia 31, onde será debatida a progressão por merecimento. Os representantes da Intercel também cobraram um prazo final para que o debate seja levado aos trabalhadores. Desta forma, até o mês de março o GT é obrigado a apresentar o relatório para que os sindicatos da Intercel inicie as negociações com a Diretoria da Celesc, para poder levar aos trabalhadores o resultado que será apreciado em assembleias.

ELETOBRAS

## Presidente, reestruturação e mídia

### "O ESTADO DE SÃO PAULO" TRAÇA PERFIL DE PRESIDENTE DA ELETOBRAS PARA JUSTIFICAR PRIVATIZAÇÕES E RETIRADA DE DIREITOS

Sabemos que a mídia tem o poder de construir mitos e de reforçar estereótipos. Usada sempre em prol da manutenção do status social e da perpetuação da desigualdade, os meios de comunicação têm se especializado em criar justificativas para o golpe contra os direitos dos trabalhadores e contra as empresas públicas. Nesta semana vimos, novamente, como jornais do país traçam perfis do "grande gestor" para aprofundar uma visão de que é necessário acabar com as empresas públicas. De que elas não passam de sugadoras de dinheiro público sujeitas à "décadas de desmandos políticos". De que direitos conquistados por trabalhadores, nada mais são do que "privilegios" que não existem na iniciativa privada, o modelo perfeito que deve ser copiado.

O jornal "O Estado de São Paulo" publicou domingo, dia 22, um perfil do atual presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior e das dificuldades que este encontra ao tentar implementar um plano de reestruturação na estatal. O velho discurso do mito do empreendedor e da grande produtividade, tão em voga nestes tempos sombrios do Brasil, voltou com tudo para atacar trabalhadores. A piada de mal gosto inicia com uma exaltação à jornada do presidente, que diz iniciar às 8 horas da manhã, indo até as 21 horas, parando brevemente para almoçar dentro de sua sala mesmo. Ora, nada mais importante para reforçar a necessidade de se quebrar o "privilegio" das leis trabalhistas do que um "exemplo de empreendedor". As recentes tentativas do Governo Federal de mudanças na legislação trabalhista têm esta exata conotação. Ou alguém já se esqueceu do vice-presidente da FIESP que disse

CELESC

## COMISSÃO DEBATE ACIDENTES

*Originada da Ação Civil Pública de Saúde e Segurança, comissão analisa acidentes de trabalho na Celesc*

Em 2012 a Celesc assinou um Termo de Ajuste de Condutas (TAC) para uma Ação Civil Pública (ACP) de Saúde e Segurança do trabalhador, movida pelo Ministério Público contra a empresa. Entre vários itens que faziam parte do acordo estava a criação de uma comissão permanente de análise de acidentes. Apesar da seriedade do tema, desde 2013, quando foi instituída, até 2015, quando encerrou o mandato, a comissão foi pouco atuante.

Uma nova comissão foi instituída em 2016, e o representante da Intercel apresentou uma série de questionamentos que buscam resguardar a segurança dos trabalhadores. Uma das principais questões defendidas pelo representante da Intercel, a necessidade de retomar a análise de acidentes graves ocorridos

durante a gestão anterior, encontrou certa resistência de representantes da empresa. Além disso, após duas reuniões, há a nítida impressão de que a comissão será levada como forma única de punição de trabalhadores, ignorando as responsabilidades dos gestores.

A ação do MP foi originada pela falta de comprometimento da empresa com a saúde e segurança de seus empregados e terceirizados. Após anos de negligência, a ACP acabou por se tornar uma oportunidade de criar procedimentos de trabalho em segurança que resguardecam a vida dos celesquianos. Os sindicatos da Intercel ficarão vigilantes para que a ACP e a Comissão cumpram com seu propósito. O respeito à segurança deve ser muito mais do que um bom marketing na Celesc.

# TRIBUNA Livre

## A IMPORTANTE NEGOCIAÇÃO DO PISO ESTADUAL

por José Álvaro Cardoso

Estamos em meio a mais um processo de negociação dos pisos estaduais em Santa Catarina, um dos cinco estados do Brasil que dispõe deste mecanismo de garantia de uma renda mínima para os extratos que ganham menos entre a classe trabalhadora. Os pisos de Santa Catarina começaram a vigorar em janeiro de 2010 e a definição de seus valores decorre de ampla negociação entre centrais sindicais e representações patronais. A negociação de 2017, a sétima desde que os pisos foram implantados, tem sido a mais árdua de todas, por ocorrer em meio a uma das piores recessões da história do Brasil e em pleno processo de golpe de Estado. Golpe que, se não é novidade na história do país, sem dúvida é um dos mais truculentos, antipopulares e entreguistas de toda a história, desde a Proclamação da República, em 1889.

Esta negociação é especialmente complicada porque um dos eixos do processo golpista é a tentativa de rebaixar rendimentos dos trabalhadores, visando resolver a crise brasileira, via arrocho de salários e a retirada de direitos. Não são as conquistas recentes, apenas que estão em jogo, mas o conjunto dos direitos obtidos pelos trabalhadores, a sangue, suor e lágrimas, no mínimo desde a implantação da CLT, em 1943. Em face da gravidade da crise econômica, e em função da postura do governo de querer liquidar com direitos sociais para resolver a crise, as propostas patronais na mesa de negociação têm buscado impor perdas salariais aos trabalhadores.

Em Santa Catarina dificilmente os trabalhadores fecharão qualquer acordo dos pisos sem ganho real, ainda que modesto. Há uma avaliação entre os trabalhadores de que, ao contrário do diagnóstico patronal e governamental, não foram os gastos sociais que levaram a uma piora dos indicadores fiscais no Brasil, provocando baixo crescimento. Na realidade, a economia começou a crescer pouco em função da pior crise da história do capitalismo e da queda dos investimentos da Petrobrás, a partir de 2014, quando esta empresa respondia por 10% de todo o investimento produtivo no Brasil. A Operação Lava Jato prejudicou não só a Petrobrás, como quebrou as empresas que compunham o seu entorno, de engenharia e construção civil, que têm excelência reconhecida em todo o mundo. Um outro fator são os crescentes gastos com a dívida pública, cujos serviços são o principal item de despesas do orçamento federal, e que drena da economia brasileira o equivalente a cerca de 8% do PIB brasileiro (é o serviço da dívida mais caro do mundo).

Longe de serem os vilões, os salários é que podem tirar a economia da crise, em defesa daquilo que um país tem de mais valioso, o seu mercado consumidor interno. É a expansão do mercado interno, via salários, que pode recuperar a demanda e, por consequência, a arrecadação pública. Foi a queda do nível de atividade econômica, que provocou a queda da arrecadação de tributos, e consequentemente o déficit. Quando a tempestade que estamos vivendo no Brasil neste momento passar, qualquer governo comprometido com o país terá que proteger os ganhos dos trabalhadores. Não há saída sustentável se não houver ampliação dos salários em termos reais. As próprias transferências governamentais terão que ser ampliadas, quando possível.

Os representantes das centrais de trabalhadores, auxiliados pelo DIEESE, ao exigir ganho real para os pisos, estão cumprindo o seu papel de patriotas e defensores dos interesses dos trabalhadores. Especialmente se considerarmos que se tratam de salários que estão ao nível da sobrevivência, pouco superiores ao salário mínimo. Ademais, os trabalhadores que recebem salários próximos ao Mínimo, tendem imediatamente a gastar o que ganham provocando um efeito imediato no nível de atividade econômica.

José Álvaro Cardoso é economista e coordenador do Dieese em Santa Catarina



# Canção para a unidade

# LATINOAMERICANA

por Pablo Milanés

*O nascimento do mundo se atrasou por um momento  
Um curto período de tempo, um segundo do universo*

*No entanto, parecia que tudo ia acabar  
Com a distância mortal que separou nossas vidas*

*Eles realizaram o trabalho de desunir nossas mãos*

*E apesar de serem irmãos se entreolharam com medo*

*Quando passaram os anos se acumularam rancores*

*Se esqueceram os amores, parecíamos estranhos*

*Que distância tão sofrida, que mundo tão separado*

*Jamais teria encontrado sem dar novas vidas  
Escravo por um lado, servo humilde por outro  
É o primeiro que nota o último a libertar-se*

*Explorando essa missão de ver tudo tão claro  
Um dia ele foi libertado por essa revolução  
Este não era um bom exemplo para os outros, por libertar*

*O novo trabalho foi isolar bloqueando toda a experiência*

*O que brilha com sua própria luz nada o pode apagar  
Seu brilho pode alcançar a escuridão de outras costas*

*Que pagará este apesar do tempo perdido  
Das vidas que custou, das quais pode custar*

*Nós pagaremos a unidade dos povos interessados  
E negando essa razão a história condenará  
A história guia seu carro e muitos de nós subiremos nele*

*Por cima ela passará daquele que queira negá-lo*

*Bolívar lançou uma estrela que brilhou ao lado de Martí  
Fidel dignificou para andar por essas terras  
Bolívar lançou uma estrela que brilhou ao lado de Martí  
Fidel dignificou para andar por essas terras*



*Em tempos de "separatismo", preconceito e xenofobia, o sonho de Simón Bolívar, por uma América Latina unificada é ainda mais necessário*